

Governo agora propõe rodízio de indicados para conselhos de estatais

Governo fará 'rodízio de conselheiros' em estatais

Após decisão de incluir um nome da Fazenda no colegiado da Petrobras, ministro da Casa Civil diz que é preciso 'oxigenar' a composição dos conselhos. Comissão do Senado aprova convite para Prates explicar suposta interferência na empresa

ALICE CRAVO E CAMILA TURTELLI
@ALICECRAVO @CAMILATURTELLI
BRASÍLIA/BO

O ministro da Casa Civil, Rui Costa, afirmou ontem que o governo fará mudanças nos conselhos de administração de outras estatais, além da Petrobras. O ministro disse que a medida busca "oxigenar" os colegiados das empresas. Costa não informou quais empresas passarão por mudanças.

Esse rodízio nós vamos fazer em outros lugares, rodízio de pessoas de um conselho para outro. Até para oxigenar os conselhos das estatais, a gente vai fazer com algumas pessoas esse rodízio. Não é exclusivo da Petrobras, nós vamos fazer esse rodízio em outros conselhos também — afirmou o ministro.

O anúncio foi feito um dia após o governo anunciar que o colegiado da Petrobras passará a ter um nome indicado pelo Ministério da Fazenda. Hoje, o conselho da estatal tem seis das 11 cadeiras ocupadas por representantes do governo.

O chefe da Casa Civil disse ainda que cabe à governança da Petrobras decidir sobre dividendos. O ministro afirmou que tudo está sendo feito dentro da lei e que não entendia a "polêmica" sobre o assunto.

— Isso cabe à governança da Petrobras decidir. Tudo está sendo feito conforme a Lei das SAs e a regra de governança da Petrobras. E não tem nenhuma alteração. Não vejo por que essa polêmica — afirmou Costa no Palácio do Planalto.

Desde a noite de quinta-feira passada, quando a companhia anunciou que não distribuiria dividendos (fatia do lucro compartilhada com acionistas) extraordinários, a petroleira perdeu em dois pregões R\$ 63,19 bilhões em valor de mercado.

Ontem, após a sinalização na véspera dos ministros da Fazenda, Fernando Haddad, e de Minas Energia, Alexandre Silveira, de que a questão do pagamento pode ser revista pelo conselho, as ações com voto (ON) da companhia subiram 3,03%, e a empresa recuperou R\$ 14,7 bilhões em valor de mercado. A queda acentuada papel nos pregões anteriores também contribuiu para torná-lo mais atraente.

Haddad indicou que a análise dependerá da capacidade de mostrar que o pagamento não compromete o plano de investimentos. Silveira disse que será feita "em momento oportuno".



Era para estar comemorando. Costa destacou resultado da Petrobras e disse não entender polêmica do dividendo



"Esse rodízio nós vamos fazer em outros lugares, rodízio de pessoas de um conselho para outro. Até para oxigenar os conselhos das estatais"

Rui Costa,
ministro-chefe da Casa Civil

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou na segunda-feira que a Petrobras não pode pensar somente nos acionistas privados. Além disso, classificou a reação do mercado como "choradeira" de um "dinossauro voraz" que "quer tudo para ele".

Costa destacou ontem o resultado da empresa:

— A Petrobras teve o segundo maior lucro da história. Dividiu... Pagou o segundo maior dividendo da história. Então é para todo mundo

estar comemorando.

A "crise dos dividendos" foi deflagrada na noite de quinta-feira passada, quando a estatal divulgou lucro de R\$ 124 bilhões em 2023, o segundo maior da história, mas queda de 33,8% em relação ao ano anterior. A decisão de não pagar dividendos extraordinários frustrou investidores e expôs um rachado dentro da empresa e no próprio governo. O presidente da estatal, Jean Paul Prates, era favorável à distribuição de 50% dos re-

ursos, enquanto conselheiros que votam alinhados com o governo defendiam que 100% do valor, de R\$ 43,9 bilhões, fosse destinado a uma conta de remuneração de capital. O presidente Lula tem defendido publicamente que a empresa amplie investimentos. Em valores referentes a 2023, a estatal distribuiu R\$ 72,4 bilhões em dividendos ordinários.

AUDIÊNCIA SEM DATA

Em outra frente, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado aprovou ontem um convite para Prates prestar esclarecimentos sobre suposta interferência do governo na petroleira. Ainda não há data para a audiência e não há obrigação de Prates comparecer, como em uma convocação. O pedido de audiência foi feito pelo senador Sergio Moro (União-PR) e aprovado em votação simbólica, sem posições contrárias de parlamentares da base do governo.

Na justificativa, Moro argumenta que, em passado recente, o uso da Petrobras com fins políticos causou prejuízos irreparáveis ao país. "Esquemas de corrupção que desfalcaram os cofres da empresa", afirmou. (Colaboração Luana Reis)

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Economia **Página:** 13